

Metrópole



Saúde
País terá doses extras de vacina e cariocas lotam postos. Pág. A22

Ambiente. Perda da floresta dentro de UCs em relação ao desmate total da Amazônia Legal dobrou entre 2012 a 2015, passando de 6% para 12%. Nos 50 principais locais, corte chegou a 229,9 mil hectares, diz Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia

Desmatamento cresce em Unidades de Conservação no meio da Amazônia



Área desmatada. Entorno da BR-163 está entre os locais mais sensíveis

Giovana Girardi

Levantamento do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), obtido com exclusividade pelo Estado, revela que desde 2012 as taxas de desmatamento em Unidades de Conservação (UCs) vêm aumentando, assim como a participação no desmatamento total do bioma. Os valores referentes a 2015 já superaram os de 2008 – ano que marcou o início do declínio da taxa total de desmatamento na Amazônia, que atingiu o seu menor valor em 2012. A participação da perda da floresta dentro de UCs em relação ao desmatamento total da Amazônia Legal dobrou no período, pulando de 6% em 2008 para 12% em 2015.

Os pesquisadores listaram as 50 UCs mais desmatadas de 2012 a 2015. Juntas, elas perderam 229,9 mil hectares de floresta – 97% da área desmatada em todas as unidades de conservação da Amazônia no período, e as dez primeiras respondem por 79% do total. Essa concentração, dizem, se dá porque todas estão em área de expansão da fronteira agropecuária e sob influência de projetos de infraestrutura, como rodovias, hidrovias, portos e hidrelétricas. Mas também porque tem ocorrido uma redução de recursos e de pessoal de fiscalização principalmente por parte do governo federal, além de movimentos para reduzir o grau de proteção ou a área de unidades.

Entre os locais mais sensíveis está o entorno da BR-163 (Cuiabá-Santarém), que esteve em destaque nas últimas semanas com caminhões de soja atolados nos trechos sem asfalto. Se, por um lado, o agronegócio se queixa da falta de asfalto, argumentando que o País perde ao não conseguir transportar sua produção, foi em parte por causa do asfaltamento que o desmatamento explodiu no entorno.

É ali, por exemplo, onde fica a Floresta Nacional de Jamanxim (PA), a UC federal mais desmatada na lista, atrás somente de duas unidades estaduais, uma também no Pará e outra em Rondônia – os dois Estados líderes em desmatamento nas florestas protegidas, 49,8% e 38,9%, respectivamente, de acordo com o levantamento. O estudo usou dados do Prodes, o sistema do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), que fornece a taxa oficial de desmatamento da Amazônia.

Jamanxim perdeu mais de 9,2 mil hectares de floresta em 2015, área 87% maior do que em 2014. Apesar de ser uma floresta nacional (flona) – categoria de unidade de conservação que não permite ocupação de povos não tradicionais –, Jamanxim sofre com ocupações especulativas e alta concentração fundiária. Apesar de não haver terras registradas formalmente em cartório dentro da flona, a suspeita é de que o desmatamento avance para descaracterizar a UC e assim tentar sua redução.

No fim de 2016, o governo Michel Temer publicou uma medida provisória que reduziu a flona em 57%. Parte dessa área perdida (41%) foi recategorizada como Área de Proteção Ambiental (APA) Jamanxim, o tipo de unidade de conservação menos restritivo que existe. “Os 305 mil hectares destinados à APA permitem a existência de propriedades privadas e, portanto, a regularização fundiária e ambiental de quem agia na ilegalidade”, escrevem os pesquisadores no estudo Unidades de Conservação mais Desmatadas na Amazônia Legal (2012-2015).

“À medida que o governo vai cedendo, quem está ocupando ilegalmente fica com mais coragem de ficar lá”, afirma o pesquisador Paulo Barreto.

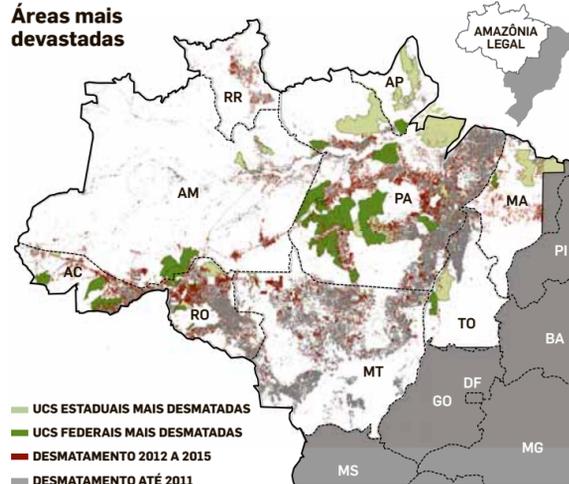
ICMBio. Procurado pela reportagem, Paulo Carneiro, diretor de criação e manejo de unidades

Interesse
Investigação feita pelo Instituto Socioambiental (ISA) divulgada antontem apontou que o interesse na redução das UCs seria para a criação de um projeto hidrelétrico, atuação de mineradoras nacionais e estrangeiras, latifundiários e grileiros de terra.

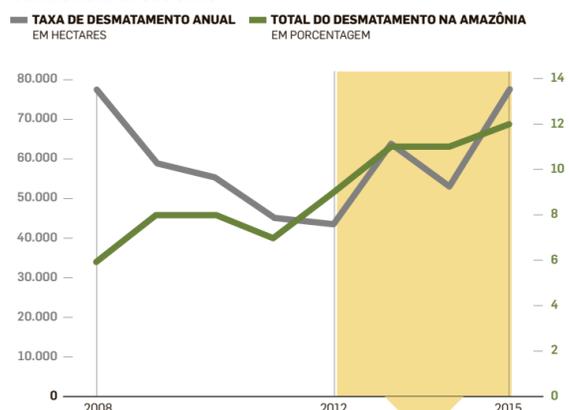
ALERTA

● Juntas unidades de conservação mais desmatadas perderam 229,9 mil hectares de floresta

Áreas mais devastadas



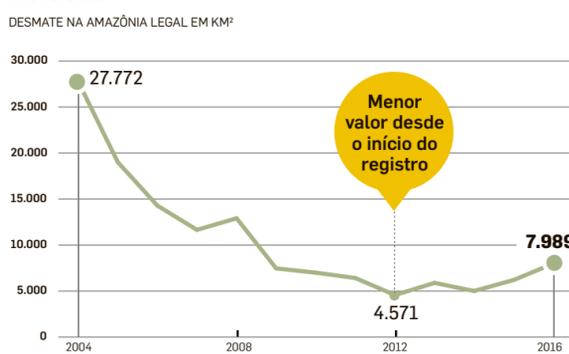
Tendência crescente



Impactos da devastação entre 2012 e 2015

136 milhões de árvores destruídas
4,2 milhões de aves e **137 mil** macacos mortos ou deslocados
237,3 mil hectares ou **382** campos de futebol

Nova alta



FONTE: IMAZON/PRODES

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

des de conservação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Natureza (ICMBio), órgão do Ministério do Meio Ambiente responsável pela gestão de UCs, disse que a recategorização de parte de Jamanxim para APA foi uma tentativa do go-

verno de conter a sangria. “Nunca conseguimos colocar a perda da mata ou a grilagem em patamar aceitável. Pelo menos ao transformar em APA, isso nos permite fazer a regularização fundiária de quem já está lá dentro e pode estancar o processo

de desmatamento. É uma mudança de estratégia. Lógico que existe o risco de ter um pico de perda, mas ainda não estamos vendo isso”, disse Carneiro.

Para os pesquisadores, um dos problemas da redução da área das UCs ou de seu nível de prote-

ção é o efeito cascata de “premiar” quem agiu ilegalmente. O estudo calcula que quem ocupou as UCs pode ter obtido uma renda bruta de R\$ 300 milhões com venda de madeira. E se apossou de um patrimônio em terras no valor de R\$ 344 milhões.

‘Aqui ou é conivente ou silencia ou morre’, afirma líder extrativista

Unidades foram criadas para ‘os antigos soldados da borracha’; hoje, locais têm de lidar com as ameaças de morte

“Aqui ou você é conivente com o crime ou silencia ou morre. São só essas opções. Quando denuncia, não é ouvido, quando é ouvido, não é atendido.” É assim que a líder extrativista Gi-

selda Pereira Ramos Pilker descreve a situação de pressão e ameaça que enfrentam os moradores de unidades de conservação de uso sustentável em Rondônia, categoria que permite a presença de povos tradicionais, como ribeirinhos e extrativistas. O Estado, de acordo com o estudo do Imazon, é o segundo que mais teve perda de floresta em áreas que, por lei, deveriam ser protegidas.

Giselda mora na reserva de

Maçaranduba, perto da floresta extrativista (Florex) estadual Rio Preto-Jacundá, a segunda na lista das mais desmatadas entre 2012 e 2015, no norte do Estado, na fronteira com Amazonas e Mato Grosso. Segundo o estudo, foram desmatados ali 31.360 hectares no período.

Ela conta que os ataques vêm de diversas frentes. “Além da retirada de madeira ilegal, que é muito grande, tem muita invasão para fazer corte raso mes-

mo, para depois virar sítio e fazenda. E o governo não faz nada ou muito pouco para conter essas invasões”, diz.

Giselda lembra que as unidades foram criadas para garantir a permanência dos extrativistas, “os antigos soldados da borracha”, que viviam ali antes de haver município, mas que hoje eles têm de lidar com ameaças de morte. “São famílias tradicionais, legítimas, que estão aqui desde a 2.ª Guerra Mundial, que estão praticamente ilhadas, os invasores delimitaram o espaço da floresta onde podem morar”, relata a líder extrativista.

“Em dez anos de luta aqui, vi mais de dez morrerem por essa situação. Algumas unidades es-

tão sendo saqueadas por madeireiros. O interesse é marcar o território e vender”, afirma ela.

Procurado pelo Estado, o governo de Rondônia questionou os dados. Segundo Luiz Claudio Fernandes, técnico da coordenadoria de geociências da Secretaria de Desenvolvimento Ambiental do Estado, os limites das UCs usados pelo Imazon estão errados. No caso da Rio Pre-

to-Jacundá, eles alegam que, em vez de uma área de 1 milhão de hectares, como registrado pelo instituto, a reserva teria cerca de 10% disso, ou 101 mil hectares. E não seria uma Florex, mas uma Resex, reserva extrativista.

Elis Araújo, pesquisadora do Imazon, afirma que o governo parou de admitir a existência da Florex seis anos após a sua criação, em 1989. Na ocasião, foi criada uma Resex de mesmo nome em apenas 9% da área original. O governo fez isso por meio de decreto, mas o entendimento do Ministério Público do Estado é que a Florex poderia ter sido revogada apenas por lei específica.”/e.e.



NA WEB
Portal. Leia mais no blog 'Ambiente-se'

estadao.com.br/e/ambiente-se